

# Análise Detalhada da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Relevância Legal

## 1. Resumo da NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em análise, com número 6451 e emitida em 01/09/2025, descreve uma operação de **"VENDA DE MERCADORIA"**.

### Detalhes da Operação:

- **Emissor:** ASSOC. DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CAT. E REGIAO (APPC), CNPJ 29.950.911/0001-61, enquadrada no Regime Normal (CRT 3).
- **Destinatário:** INSTITUTO FEDERAL, CNPJ 10.882.594/0013-07, uma entidade pública.
- **Valor Total da NF-e:** R\$ 182,93.
- **Produtos Vendidos:**
  - CHEIRO VERDE (NCM 07099990)
  - BANANA NANICA (NCM 08039000)
  - ABOBRINHA BRASILEIRA (NCM 07099300)
  - TANGERINA PONKAN (NCM 08052100) Todos os itens são gêneros alimentícios frescos, característicos de produção agrícola.
- **Informações Complementares Cruciais:** A venda está claramente vinculada à **"CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR - FNDE - PNAE"** (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e cita o número do contrato.
- **Tributação Declarada:**
  - **ICMS:** Isento (CST 40), com a justificativa em infCpl: "ISENCAO DE ICMS CONFORME ARTIGO 55, DO ANEXO I, DO REGULAMENTO DO ICMS/SP".
  - **IPI:** Não tributado (CST 53).

- **PIS:** R\$ 1,19 (calculado com alíquota de 0,65% sobre o valor dos produtos) - CST 01.
- **COFINS:** R\$ 5,49 (calculado com alíquota de 3,00% sobre o valor dos produtos) - CST 01.
- **IRRF:** R\$ 2,20 (retenção de 1,2% sobre o valor total), conforme infCpl.

## 2. Relevância Legal

Os trechos de lei fornecidos pelo FAISS são bastante pertinentes à análise da NF-e, especialmente aqueles que se referem à aquisição de alimentos da agricultura familiar e à tributação de produtos agrícolas no Estado de São Paulo.

### Documentos Altamente Relevantes:

- **RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 23097/2021 (Documento Rank 1):** Este documento é de extrema relevância, pois aborda diretamente a questão da isenção de ICMS para a saída de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e destinados à alimentação escolar (PNAE) no Estado de São Paulo. A consulta informa que o Convênio ICMS-143/2010, que autoriza tal isenção, **não foi internalizado na legislação tributária paulista**, impossibilitando sua aplicação nesse estado. Isso contrasta com a isenção de ICMS declarada na NF-e.
- **DECRETO Nº 51.484, DE 16 DE JANEIRO DE 2007 (Documento Rank 4):** É relevante por mencionar o "regime especial à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nas operações relacionadas com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA". Embora seja um programa ligeiramente diferente (PAA vs. PNAE) e envolva a CONAB, demonstra que a legislação estadual de São Paulo possui disposições específicas para operações envolvendo a agricultura familiar, indicando um tratamento diferenciado.

## Documentos de Relevância Limitada ou Nula:

- **LEI Nº 17.054, DE 06 DE MAIO DE 2019 (Documento Rank 2):** Trata do controle e fiscalização de agrotóxicos, não sendo diretamente aplicável à venda de produtos agrícolas frescos.
- **LEI Nº 11.879, DE 19 DE JANEIRO DE 2005 (Documento Rank 3):** Institui uma política de incentivo para microdestilarias de álcool e produtos derivados da cana-de-açúcar. Embora mencione agricultura familiar, o foco é em um setor agrícola distinto dos produtos da NF-e.
- **RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 19088/2019 (Documento Rank 5):** Discute a isenção de ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para imóveis. Não tem relação com a operação comercial da NF-e.

## 3. Trecho de Lei Chave

O trecho de lei mais crítico para a análise desta NF-e, dada a sua natureza (venda de produtos da agricultura familiar para PNAE em SP), é o seguinte, extraído da **RESPOSTA À CONSULTA TRIBUTÁRIA 23097/2021 (Documento Rank 1)**:

"9. Feitos esses esclarecimentos, informamos que o Convênio ICMS-143/2010, com as alterações dadas pelo Convênio ICMS-11/2014, não foi internalizado na legislação tributária paulista até a presente data, razão pela qual não é possível aplicar no Estado de São Paulo o benefício nele previsto (isenção do imposto na saída de gênero alimentício produzido por agricultores familiares destinado ao atendimento da alimentação escolar nas escolas de educação básica pertencentes à rede pública estadual e municipal de ensino)."

Este trecho levanta uma séria preocupação sobre a validade da isenção de ICMS aplicada na NF-e. A NF-e afirma isenção com base no "ARTIGO 55, DO ANEXO I, DO REGULAMENTO DO ICMS/SP". Contudo, a consulta tributária, especificamente sobre a isenção para produtos da agricultura familiar destinados ao PNAE em SP, declara que a autorização por convênio CONFAZ para essa finalidade **não foi implementada no Estado de São Paulo**. Isso sugere que a isenção aplicada na NF-e pode ser indevida, constituindo um **risco de não conformidade fiscal** para o emissor.

## 4. Oportunidade de Economia/Benefício

A principal **oportunidade de economia e benefício** para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, com base na análise da NF-e e da legislação vigente, encontra-se na **revisão da tributação de PIS e COFINS**.

### Detalhamento da Oportunidade:

#### 1. Alíquota Zero de PIS e COFINS para Produtos Agrícolas:

- Conforme o Art. 1º da Lei nº 10.925/2004 e suas alterações, diversos produtos de origem vegetal, especialmente hortaliças e frutas frescas (como Cheiro Verde, Banana Nanica, Abobrinha Brasileira e Tangerina Ponkan, presentes na NF-e), são beneficiados com a **alíquota zero para PIS e COFINS**.
- As NCMs 07099990, 08039000, 07099300 e 08052100, correspondentes aos produtos desta NF-e, geralmente estão incluídas nas listas de produtos com PIS/COFINS à alíquota zero.
- A NF-e, no entanto, declara o PIS com alíquota de 0,65% (R\$ 1,19) e a COFINS com alíquota de 3,00% (R\$ 5,49), utilizando o CST 01 (Operação Tributável - Base de Cálculo = Valor da Operação Alíquota Normal). **Este CST e a aplicação das alíquotas estão incorretos** se os produtos são de fato alíquota zero.

#### 2. Mensuração da Economia/Benefício:

- **Valor Total dos Produtos na NF-e:** R\$ 182,93
- **Valor de PIS calculado e recolhido na NF-e:** R\$ 1,19
- **Valor de COFINS calculado e recolhido na NF-e:** R\$ 5,49
- **Total de PIS/COFINS indevidamente recolhido nesta NF-e:** R\$ 6,68

Se os produtos da NF-e são, de fato, contemplados com a alíquota zero para PIS e COFINS, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais teria uma economia de **R\$ 6,68** nesta operação específica.

## Dicas para Aplicação e Mensuração (em R\$):

- **Ação Imediata:** A Associação deve **confirmar com um especialista tributário** o enquadramento fiscal detalhado de cada NCM dos produtos vendidos na Lei nº 10.925/2004 ou em outras legislações específicas que concedam alíquota zero ou suspensão de PIS/COFINS para produtos agrícolas.
- **Correção em Emissões Futuras:** Caso confirmada a alíquota zero, a Associação deve **ajustar seus sistemas de emissão de NF-e** para aplicar o CST correto (geralmente CST 06 - Operação com Alíquota Zero) e deixar de calcular e recolher PIS e COFINS sobre esses produtos.
  - **Economia Mensal/Anual:** Se esta NF-e é representativa das vendas, a economia de R\$ 6,68 por nota pode se multiplicar significativamente. Por exemplo, se a associação emitir 50 NF-es similares por mês, a economia mensal seria de R\$ 334,00, totalizando **R\$ 4.008,00 por ano**.
- **Recuperação de Créditos Passados:** A Associação pode buscar a **recuperação dos valores de PIS e COFINS pagos indevidamente** nos últimos 5 anos (período prescricional), através de processo administrativo junto à Receita Federal do Brasil ou ação judicial. Este valor pode representar um benefício financeiro considerável, dependendo do volume de vendas anteriores.

## Alerta de Conformidade (ICMS):

- É fundamental que a Associação **reavalie a base legal da isenção de ICMS** utilizada ("ARTIGO 55, DO ANEXO I, DO REGULAMENTO DO ICMS/SP") em operações do PNAE/Agricultura Familiar em São Paulo.
- A **Resposta à Consulta Tributária 23097/2021 (Documento Rank 1)** indica que a isenção de ICMS do Convênio ICMS-143/2010 para o PNAE não está internalizada em SP. A Associação precisa assegurar que o Artigo 55 do Anexo I do RICMS/SP seja uma isenção distinta e válida para *exatamente este tipo de operação* (venda de produtos da agricultura familiar para PNAE), independentemente do convênio não internalizado. O não cumprimento pode resultar em autuações, exigência de

recolhimento do ICMS, multas e juros, transformando uma suposta economia em um **passivo tributário**.

Análise Gerada por Gemini - Documento Confidencial